

CEDI - P. I. B.
DATA 04, 06, 86
COD. ATD 04

Relatório Vale do Rio Doce
agosto/1984
(entregue pela Maria)

OS ASURINI DO TOCANTINS

Lúcia M. M. de Andrade
Lúcia M. M. de Andrade
antropóloga
Universidade de São Paulo
1984

O objetivo deste relatório é apresentar a Cia Vale do Rio Doce um quadro da situação atual dos índios Asurini que, apesar de residirem na área do Projeto Grande Carajás (1) não se encontram entre os grupos indígenas que recebem recursos do "Projeto Especial de Apoio às Comunidades Indígenas". Espero com este relatório justificar uma possível inclusão desta comunidade no convênio entre a CVRD e a FUNAI, como já solicitou a Profa. Dra. Lux Vidal, antropóloga que assessora a CVRD.

A situação dos Asurini é muito difícil e o grupo realmente necessita de um apoio financeiro bem planejado. Sendo o único grupo sob a jurisdição da Ajudância de Marabá excluído do projeto, os Asurini não tem merecido maior atenção da FUNAI, que tem seu interesse voltado para os outros grupos, onde estão sendo feitas aplicações de grandes quantias de dinheiro. Os Asurini sentem-se discriminados por esta exclusão e gostariam de ter uma verba específica para eles.

Os Asurini estão cientes da possibilidade de serem incluídos no projeto de apoio, alertados disso pelo Sr. Ferreira, chefe da Ajudância de Marabá. Na minha última estadia em campo, durante os meses de julho e agosto de 1984, tive a oportunidade de conversar com a comunidade sobre o projeto de apoio, pois os índios queriam muito entender exatamente do que se tratava e qual seria a possibilidade deles próprios decidirem sobre a aplicação do dinheiro. O chefe do posto já tem uma "lista de pedidos para o projeto", sem ter consultado os índios que tem idéias diferentes para a aplicação da verba, mas dificilmente irão enfrentar o chefe do PI ou da Ajudância para reivindicarem o que desejam. Assim, é importante ressaltar logo de início que qualquer recurso a ser destinado aos Asurini deve ter sua aplicação muito bem planejada e deve-se assegurar que os índios sejam realmente ouvidos, o que certamente não ocorrerá se a verba ficar sob a responsabilidade do chefe da Ajudância ou do chefe do PI Trocará.

(1) Vidal, 1982 e Ferraz, 1982.

Situação Atual da Terra - Demarcação

Os Asurini formam um pequeno grupo de 132 indivíduos, falantes de uma língua Tupi-Guarani, que moram a 24 Km ao norte da cidade de Tukurui, no município de mesmo nome (coordenadas aproximadas: 3°35'S e 49°40'N). Desde a sua pacificação, em 1953, os Asurini vem sendo assistidos pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e, posteriormente, pela FUNAI. O PI Trocará, que atende o grupo, está sob a jurisdição da 2ª Delegacia Regional de Belém e da Ajudância de Marabá.

A área da reserva Asurini, segundo decreto de demarcação publicado no Diário Oficial, em 16 de setembro de 1982, é de 21.722,5139 ha, com um perímetro de 74,684 Km. A estrada Tukurui-Cametá, continuação da BR 153, corta a reserva em toda a sua largura, dividindo o território em duas partes. O posto e a aldeia ficam a leste da estrada, em parte banhada pelo rio Trocará. A parte situada a oeste da estrada é um retângulo de matas, última floresta virgem de certa proporção na região; mas mesmo esta parte já está totalmente cercada pelas fazendas de gado, o que permite prever uma rápida depauperização da fauna local. Esta mata é cobrada por caçadores, coletores e gateiros que penetram na reserva pela estrada que representa, portanto, um caminho aberto às frequentes invasões. Os Asurini até hoje não foram indenizados pela construção da TransCametá, além disso não há qualquer tipo de fiscalização da FUNAI junto à rodovia; as placas que a FUNAI colocou vem sendo baleadas pelos invasores que dizem aos índios que para eles "a FUNAI não vale nada". Vê-se assim, que apenas placas não são suficientes para conter as invasões; o controle efetivo da estrada só pederá se dar com a criação de um posto de vigilância.

O PI fiscaliza a margem do Tocantins e a boca do rio Trocará; quando os índios pegam em flagrante algum invasor, confiscam as redes de pescar, espingardas e até canoas e barcos. A atual política do chefe do PI, entretanto, tem dificultado esse tipo de fis

calização por parte dos índios, pois ele tem praticamente proibido os índios de realizarem seus tradicionais acampamentos em diferentes pontos da reserva. Os objetivos desses acampamentos são a caça, pesca e coleta e é nessas ocasiões que os índios vão até locais mais distantes da aldeia e, muitas vezes, encontram os invasores. Interessado apenas em ter um maior controle sobre os índios, o chefe do PI exige que todos fiquem na aldeia próxima ao PI o que, como mostro adiante, tem trazido problemas sérios, inclusive, para a alimentação do grupo.

Desde 1973, quando teve início a construção da Hidroelétrica de Tucuruí, primeira obra de infraestrutura do Projeto Grande Carajás, toda a região tem passado por grandes transformações que, sem dúvida alguma, vem afetando a comunidade Asurini. Com a construção das obras da barragem, a cidade de Tucuruí tornou-se um dos centros urbanos mais importantes da região. Como consequência disso, o movimento do rio Tocantins e da estrada Trans-Cametá, que corta a reserva, aumentou muito, crescendo o risco de invasões. Por outro lado, com o início do funcionamento da hidroelétrica não será mais possível o tráfego de grandes embarcações até a cidade de Tucuruí. A estrada Trans-Cametá será então uma alternativa de transporte, o que aumentará ainda mais o tráfego de veículos, agravando o problema de invasões e afetando também a fauna local.

As obras da barragem afetaram também a vida de posseiros e ribeirinhos que habitavam a região a ser inundada. A questão das indenizações pagas pela Eletronorte é polêmica, mas o fato é que muitos posseiros estão insatisfeitos e alguns sem terra; neste caso a reserva indígena sempre pode representar uma alternativa para moradia ou caça. Por outro lado, o ritmo da construção da barragem está desacelerado e muitos trabalhadores estão sendo dispensados; esses desempregados podem representar, também, um risco à reserva.

Outro aspecto da questão são as mudanças ecológicas; este é um assunto bastante controverso que vem sendo amplamente divul-

gado nos jornais. O que pode-se dizer é que as consequências da barragem são imprevisíveis; sabe-se pelos jornais que foram utilizados no desmatamento da área do lago desfolhantes como o agente laranja e pó da china, sendo que grandes quantidades deste último encontram-se perdidas na floresta. Só estes dois agentes químicos provocarão uma terrível poluição nas águas do rio Tocantins, que atualmente já vem sendo poluído por outros tipos de detritos.

A incidência da malária na região aumentou muitíssimo também em consequência de mudanças ecológicas e da vinda de milhares de pessoas para a região, o que tornou a questão da malária um problema muito sério para os Asurini.

Atividades de subsistência

No ano da pacificação, a população Asurini era de 190 pessoas, antes de terminar esse mesmo ano morreram mais de cinquenta indivíduos vitimados pela gripe e desintéria (2). Como pode-se ver no quadro abaixo, a população Asurini permaneceu com menos de cem indivíduos até aproximadamente 1976, 1977. A partir daí verifica-se um aumento constante da população e hoje as crianças até 14 anos constituem mais de 50% da população Asurini (quadro 2); que só agora vem se recuperando da depopulação sofrida na época do contato. Se isso por um lado é bom, por outro traz sérias preocupações pois, por um bom tempo - tempo necessário para que as crianças possam crescer e passar a produzir, o que vai ocorrer quando tiverem aproximadamente 15 anos - haverá muitas pessoas para alimentar e poucas aptas a produzir.

ANO	1955	1961	1962	1970	1976	1980	1982	1984
POPULAÇÃO ASSISTIDA	66	26	35	48	92	106	120	132

Quadro 1 (3)

(2) Laraia, 1979

(3) Andrade, 1984

FAIXA ETÁRIA (idade aproximada)	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
0 - 4	18	20	38
5 - 9	15	11	26
10 - 14	6	2	8
15 - 19	3	10	13
20 - 24	2	4	6
25 - 29	4	1	5
30 - 34	3	5	8
35 - 39	5	3	8
40 - 44	3	2	5
45 - 49	8	3	11
50 - 54	-	-	-
55 - 59	-	1	1
60 - 64	-	-	-
65 ou mais	2	1	3
TOTAL	69	63	<u>132</u>

Obs.: (1) Mora na reserva também um índio Tembé.

(2) Um índio Asurini, casado com uma mulher branca, não mora atualmente na reserva.

Quadro 2 (4)

(4) Dados coletados por Lúcia Andrade.

O alimento que os Asurini apreciavam e consideravam que realmente sustenta o indivíduo é a carne de caça. Eles caçam mamíferos como anta, veado, catitu e também cotia, macaco, paca, tatu e aves. Atualmente, os índios só caçam com espingardas e durante a noite, pois dizem que durante o dia já não é mais possível encontrar os animais. Os Asurini, entretanto, não tem meios para comprar espingardas, munição e as pilhas necessárias para a lanterna, com isso tornam-se dependentes da FUNAI para realizar esta atividade de subsistência básica. Esporadicamente a Ajudância de Marabá envia as munições ou o chefe do posto presenteia os índios com tais artigos; o que recebem, no entanto, não é suficiente para garantir uma alimentação adequada ao grupo. Assim, em muitas ocasiões, os índios não tem carne para comer.

Outro problema em relação à caça, que pude observar nesta última estadia em campo, foi a depauperização da fauna. Os homens saíam diariamente para caçar e para a espera e voltavam, na maioria das vezes, sem nenhum animal para casa e, aquele que ocasionalmente obtinha sucesso na caça tinha que dividir com tantas pessoas o animal que praticamente ninguém conseguia realmente se alimentar. Essa é uma situação que tende a se agravar com todas as mudanças ecológicas porque passa a região, eu mesma pude perceber, nesses 2 anos de trabalho junto aos Asurini, o aumento da dificuldade de se encontrar animais.

A pesca que poderia compensar esta situação também vem sendo afetada. Além disso, nesta época do ano (julho-agosto, até as águas baixarem completamente) a pesca nos lagos próximos à aldeia também é difícil e só vai melhorar em fins de setembro. Neste período a pesca só é compensadora nos rios mais distantes da aldeia. A solução "tradicional" para tais problemas são os acampamentos na floresta, quando a aldeia se dispersa em pequenos grupos espalhados por diversas regiões da reserva, onde ainda é possível encontrar caça com mais facilidade e rios onde a pesca é boa nesta época.

Esta alternativa, entretanto, como já mencionei, vem sendo dificultada pelo chefe do PI, sendo que, atualmente, somente algumas famílias realizam tais acampamentos nos fins-de-semana. Acredito que o objetivo do chefe do PI ao exigir que os índios permaneçam na aldeia é obter o máximo controle da comunidade. Aos índios ele diz que saindo da aldeia eles ficarão doentes, e alguns índios já acreditam nesta afirmação. Outro motivo alegado é que as crianças não podem faltar às aulas, sendo preferível, na visão dos funcionários da FUNAI, eles passarem fome na aldeia do que faltar às aulas.

O chefe do PI apresenta ainda outra justificativa para não se afastarem da aldeia: a preparação da roça de mandioca. Desde 1982, a FUNAI vem incentivando os índios a fazerem uma grande roça "comunitária", contrariando o sistema tradicional onde cada família nuclear tem sua pequena roça, o que na opinião do chefe de posto não é bom, pois não se pode fiscalizar o que eles plantam. A questão da chamada roça comunitária é problemática devido as rivalidades existentes dentro da aldeia. A atual aldeia do Trocará reúne indivíduos oriundos de duas aldeias diferentes e que até hoje tem dificuldades de relacionamento e que não costumam realizar atividades (como caça, pesca) em conjunto; apenas as atividades cerimoniais mobilizam a aldeia como um todo.

Mesmo assim a roça "comunitária" vem sendo feita, sendo que algumas famílias mantêm a sua roça paralelamente a da FUNAI. Nos meses de julho e agosto praticamente todos os homens estavam ocupados nas atividades de broca e derruba da nova roça, o restante preparava farinha de mandioca. Tal situação traz um problema sério, pois não há homens livres para caçar; o mais natural seria uma divisão de tarefas, alguns na roça e outros caçando para que a comunidade pudesse ter o que comer. O chefe do PI, entretanto, instalou uma lista de chamada da roça e incumbiu uma índia de verificar diariamente quem "realmente" está trabalhando na roça. O resultado de tal medida é que os índios tem que realizar tais atividades, que exigem despêndio de muita energia, com fome. (5). Para contornar a si

(5) Tal medida desconhece também certas tradições dos Asurini como,

tuação, o chefe de posto fornece esporadicamente um "rancho" (alimento originariamente destinado a merenda escolar) composto de arroz, macarrão, sardinha em lata e, algumas vezes, açúcar e fubá. Esses produtos, entretanto, não constituem uma alimentação adequada e os índios, por outro lado, não gostam dessa comida, sendo que alguns indivíduos recusam-se a comê-la. Assim, as pessoas apresentam claros sinais de desnutrição como fraqueza, tontura e mal-estar.

O principal produto da roça é a mandioca com a qual os Asurini preparam a farinha, elemento básico de sua dieta alimentar. Além da mandioca, plantam batata, cará e macacheira (mandioca mansa). No ano de 1982, os índios estavam sem roça pois o gado da FUNAI havia comido tudo o que plantaram. Nessa ocasião, recebiam a farinha de presente do chefe de posto. Em 1983 começaram a fazer farinha; o principal objetivo da produção é a comercialização em Tucuruí, sendo que os índios deixam de comer farinha (ficam sem farinha em casa) para vendê-la.

A farinha é produzida nas instalações construídas pela FUNAI, que não são do tamanho adequado para atender o ritmo da produção. A casa de farinha possui quatro fornos, estando em uso três, sendo apenas um do tamanho adequado para torrar a farinha; os outros são muito pequenos e não compensa utilizá-los. Além disso, os fornos foram rebocados com cimento que não é material adequado para tal construção, pois com o calor as paredes racham e daqui algum tempo cairão.

(5) cont: por exemplo, o resguardo do homem por ocasião do nascimento de seu filho. Quando torna-se pai, o homem deve evitar trabalhos pesados e o desobecimento de tal cuidado pode acarretar, na visão dos Asurini, danos à saúde da criança. Isto aponta o desconhecimento da cultura Asurini e coloca a necessidade de um acompanhamento antropológico à toda iniciativa que lhes diz respeito.

umo

A produção da farinha envolve um longo trabalho. Os índios primeiramente carregam a mandioca até a casa de farinha. Parte da mandioca é deixada de molho dentro da água durante alguns dias. O igarapé onde deixam a mandioca, entretanto, estava secando e já estava pequeno para atender a produção. Para solucionar este problema os índios gostariam de ter um tanque de água o que garantiria a produção mesmo na época da seca.

Após permanecer na água, a mandioca é retirada, descascada e colocada no tipiti. Uma outra parte da mandioca é raspada para tirar a casca, e ^{esalada} ~~triturada~~ no catitu; essa massa é misturada a massa retirada da água e colocada no tipiti. Após secar, a mandioca é retirada do tipiti e peneirada manualmente para depois ser torrada.

Depois de pronta a farinha, os índios carregam-na para pesar no posto. De lá a carroça transporta a farinha até a beira do rio Tocantins; no inverno não é possível o trânsito da carroça que é substituída por canoas. Os índios carregam os sacos de 50 kg até o barco e depois descarregam-no em Tucuruí. Quando a Toyota do PI não está funcionando (o que ocorre com certa frequência) os índios carregam os sacos do rio até a loja. Todo esse esforço para vender cada saco de 50 kg por R\$ 21.000,00 (o melhor preço que o produto já atingiu).

Com o dinheiro da venda da farinha, os Asurini compram café, açúcar, óleo, cebola, bolacha, pão, querosene e ainda redes, discos e fogões à prestação. Vê-se que o dinheiro obtido com a venda da farinha não é suficiente para garantir uma alimentação adequada; na verdade, trata-se de uma ilusão a idéia de que só a farinha resolverá os problemas dos Asurini.

Ao meu ver, uma solução para esta questão seria, por um lado, incentivar e orientar os índios para que plantem produtos para sua própria subsistência. Produtos tais como arroz (o que eles já solicitaram), feijão (que é de fácil plantio), frutas, e legumes. No caso da horta, seria necessário uma orientação inicial para o plantio e estimular o consumo de vegetais que possam equilibrar a dieta alimentar da comunidade. Esta horta deveria ser feita por cada família nuclear, já que exige bastante cuidados que dificilmente se-

rão tomados numa horta comunitária.

De outro lado, deveria-se agilizar a produção e o transporte da farinha para que a venda compense o trabalho despendido - o que já foi solicitado pelos índios. Seriam necessárias assim uma nova casa de farinha, máquinas que ralem automaticamente a mandioca, tanques de água, mais carroças e canoas. Dessa maneira, a venda da farinha poderá tornar-se uma fonte de renda para os Asurini que não dispõem produtos como o café e o açúcar, roupas e agora também aparelhos eletrodomésticos. Já que não é possível conter essa necessidade de comprar produtos por assim dizer "supérfluos", é necessário criar condições para que o dinheiro realmente "sobre" para a compra de tais produtos, não sendo preciso deixar de ter farinha em casa, ou outros alimentos.

Os Asurini realizam ainda, nos meses de janeiro a abril (época das chuvas) a coleta de produtos como o bacuri e açaí para consumo próprio, mas, principalmente, para a venda em Tucuruí. Coletam também castanha-do-pará, mas nos últimos anos a coleta deste produto tem sido incipiente. Todas estas vendas, inclusive, a da farinha são feitas pelo intermédio do chefe de posto, que acompanha os índios até Tucuruí, escolhe o comprador e verifica os lucros.

Outra fonte de renda da comunidade é o artesanato que é vendido em Tucuruí. Os índios confeccionam colares, pulseiras, flechas e arcos, maracás, cocares de penas e cerâmicas que são vendidas principalmente na Vila Permanente. A venda, entretanto, é irregular e não chega a garantir uma renda fixa aos Asurini. A FUNAI não fornece atualmente qualquer tipo de apoio institucional para a comercialização do artesanato, somente o chefe do PI auxilia nas vendas realizadas em Tucuruí. Entretanto, até o mês de outubro ele se recusa a vender o material, pois afirma que os índios estão ocupados com a roça, o que não tem muito sentido, já que são, principalmente, as mulheres que confeccionam as peças e elas não participam dos trabalhos de broca e derruba. Seria importante, portanto, um apoio à comercialização do artesanato, garantindo também o controle, por parte da comunidade, dos lucros.

Pode-se perceber que a questão da alimentação é um problema sério entre os Asurini que passam por períodos de fome. Se, por um lado, existem as dificuldades advindas do desequilíbrio ecológico, de outro, a orientação que os índios vem recebendo do chefe de posto (e também do chefe da Ajudância) não é nada adequada e o que é mais grave, exclue totalmente a opinião da comunidade. Aproveitando-se da passividade dos Asurini, o chefe do PI decide tudo sozinho, apenas comunicando aos índios suas decisões em reuniões que ele convoca e somente ele fala.

SAÚDE E SANEAMENTO

Para solucionar seus problemas de saúde os Asurini recorrem tanto ao pajé, quanto ao médico. O doente é primeiramente examinado pelo pajé que diagnostica o paciente; ele determina se trata-se de uma "doença de branco" (como, por exemplo, gripe, malária) ou de uma doença que só o pajé pode curar (os dois tipos de doença podem também ocorrer simultaneamente). Para tratarem das "doenças de branco", os índios procuram a atendente de enfermagem que a FUNAI mantém na área.

O PI Trocará conta com uma enfermaria junto a sede do posto, equipada com aparelhos para pequena cirurgia, cadeiras, mesas, uma cama e duas macas. Os remédios mais usados são antibióticos, anti-maláricos e vermífugos; uma parte é enviada pela 2ª DR, outra é conseguida na SUCAM de Tucuruí e outra ainda é comprada na cidade com a verba de manutenção do posto ou com o dinheiro do próprio chefe do posto. Entretanto, sempre há falta de remédios e a 2ª DR costuma demorar meses para enviar os medicamentos que a atendente habitualmente solicita. (6)

A enfermaria do posto dispõe de fichas médicas individuais e praticamente todos os índios foram vacinados. A doença mais frequente é a malária, cuja incidência aumenta na época das chuvas. Como em toda esta região do Pará, o número de casos de malária aumentou muitíssimo. Até poucos anos atrás a malária era uma doença que os Asurini mais velhos nunca haviam pego; hoje em dia a doença atinge toda a população Asurini sem exceção, colocando em risco a vida, principalmente, das crianças e, também, de mulheres grávidas, que não podem

(6) O posto não conta, por exemplo, com soro anti-ofídico. Durante minha última estadia entre os Asurini, um índio foi picado por uma jararaca, só se salvando porque eu havia levado por conta própria o soro. (soro este, que o chefe do PI havia me dito ser desnecessário porque "índios nenhum era picado por cobra"). Atualmente não há qualquer espécie de soro no PI.

tomar a medicação. Em 1982, uma criança de aproximadamente cinco anos faleceu em consequência de uma malária associada a uma crise de asma. E em 1983 foi registrado um caso de aborto em consequência da mesma doença.

A leitura das lâminas para o diagnóstico da doença é feita na SUCAM de Tucuruí o que implica em inúmeras viagens até a cidade, agravando o problema de falta de combustível para o barco. Para amenizar esta situação seria necessário um microscópio, que permitisse a leitura das lâminas no próprio posto, e o envio sistemático de anti-maláricos que atualmente são fornecidos pela SUCAM. Para operar tal aparelho e atender o posto, é necessária a contratação de uma enfermeira mais bem preparada, preferivelmente de nível universitário. A atual atendente de enfermagem parece não estar adequadamente preparada ^{para atender} a toda uma comunidade, medicando com frequência antibióticos fortíssimos para casos simples como resfriados e gripes, por exemplo. Além disso, há pelo menos uma criança com uma marca nas nádegas, resultado de uma aplicação de injeção incorreta. As enfermeiras do hospital da Eletronorte ao verem tal marca, aconselharam a mãe da criança a nunca mais deixar a atendente do posto aplicar injeções na sua filha, pois poderia matá-la (depoimento de uma índia Asurini).

Os casos mais graves são encaminhados pelo chefe do posto até o hospital da Eletronorte na Vila Permanente, o mesmo que atende os índios Parakanã. No hospital realizam consultas e também internações; o tratamento dispensado pela equipe do hospital é muito bom e eles facilitam o atendimento em tudo o que é possível. Todos os índios tem uma carteira do hospital, mas não há nenhum convênio que oficialize este atendimento.

Também presta assistência aos Asurini a Equipe Volante de Saúde (EVS) da FUNAI que visita anualmente o posto, realizando consultas, exames parasitológicos e extrações de dentes. A equipe é composta por um médico, um dentista e uma enfermeira. A eficiência de tal assistência, no entanto, é questionável, já que a equipe permanece apenas uma ou duas semanas. ^{No ano} Na visita que eu presenciei, no primeiro semes-

tre de 1983, a enfermeira chegou a área com uma gripe muito forte con-
taminando toda a aldeia, tendo sido registrados cinco casos de peneu-
monia.]

O tratamento dentário prestado pela EVS resume-se a extrações de
dentes. A situação dos dentes dos Asurini é precária, muitas pessoas
não tem mais dentes, outros tem dentaduras mal colocadas (uma índia
segurara a dentadura com a língua) e as crianças tem todos os dentes
cariados. Para tratamento dentário os Asurini recorrem também ao hos-
pital da Eletronorte e à dentistas particulares; atualmente alguns ín-
dios estão pagando eles mesmos o seu tratamento dentário. [A solução a-
dequada para tal problema seria a criação de um gabinete dentário no
Marabá, como feito em outros postos da Ajudância, e o atendimento sis-
temático de um bom dentista que não se limitasse à extrações.]

Outra questão que precisa ser solucionada é a da água. Nos igarapés
próximos da aldeia, os Asurini banham, lavam a roupa e as pane-
las e bebem água. Nos meses de seca o igarapé diminui muito de volume
e a água fica praticamente parada chegando a ter mal cheiro. Como po-
de-se imaginar isso traz sérios problemas para a saúde, sendo necessá-
ria a construção de poços de água para evitar contaminações. O Sr.
Jurson Goes, chefe do PI, já encaminhou um projeto de construção de
três poços para a Ajudância de Marabá. No entanto, o Sr. Ferreira dis-
se que não dispunha de verbas e que seria melhor aguardar uma respos-
ta do "projeto Carajás".

Educação

O PI Trocará conta também com uma escola que funciona junto à sede. As aulas são ministradas no período da manhã (primeiro ^{serie} grau) e da tarde (segundo ^{serie} grau) e somente as crianças frequentam a escola (aproximadamente vinte crianças). O material escolar (lápiz, cadernos, cartilhas, etc.) é enviado pela FUNAI, entretanto, o fornecimento é irregular e sempre há falta de material, o mesmo ocorrendo com a merenda escolar. Assim, por exemplo, segundo a professora do PI, a escola deixou de funcionar de setembro de 1982 a março de 1983 por falta de material.

Estas cartilhas são totalmente inadequadas; falam em elefante, girafas, nozes, na vida da cidade, o que evidentemente dificulta o aprendizado. Desde 1983, a escola do PI Trocará foi incorporada a rede estadual de ensino, tendo que seguir os cronogramas oficiais, com as datas ^{das} provas pré-determinadas, feriados, etc.

A FUNAI mantém na área uma professora que trabalha neste posto desde 1981. Esta professora, no entanto, não demonstra maior interesse pelas atividades que desempenha e sempre ultrapassa seu período de férias em semanas, até mesmo meses. Segundo a professora, se o "projeto Carajás" sair ela vai solicitar uma outra professora para dar aula no pré-primário, o que de maneira nenhuma é necessário numa aldeia indígena. Esta questão da educação precisa ser muito bem pensada e discutida com os índios; é necessário planejar uma escola que tenha material didático adequado e que leve em consideração as especificidades do modo de vida dos Asurini.

Assistência FUNAI

A sede do PI Trocará conta com uma casa sede, uma enfermaria, uma escola, um poço de água, um gerador, um depósito de ferramentas e um pequeno depósito de farinha. A FUNAI mantém na área cinco funcionários: o chefe de posto, uma atendente de enfermagem, uma professora e dois funcionários Asurini (um deles desempenha a função de intérprete, o outro de trabalhador braçal).

Como meios de locomoção o posto conta com um barco, adquirido em 1984, que percorre o trecho do rio Tocantins do posto a cidade de Tucuruí em duas horas. Há sempre falta de combustível, já que o envio da Ajudância de Marabá é irregular. Este barco é sempre pilotado por um índio Asurini que, no entanto, não recebe qualquer remuneração por tal serviço; é o caso de se pensar em contratá-lo para esta função. Há a necessidade de se adquirir um motor de voadeira (o posto já tem o casco) que percorrer o mesmo trecho até a cidade em 40 minutos e seria utilizado nos casos de emergência (problemas de saúde) que são frequentes, principalmente, nos meses de inverno por causa da malária.

O posto dispõe de uma Toyota em péssimas condições, que é utilizada na cidade de Tucuruí para transportar os doentes até o hospital, para carregar farinha e as compras. Quem dirige o carro é o chefe do PI. Tanto os índios, quanto o chefe de posto, desejam uma FORD D-10 ("igual as dos outros postos", como dizem os Asurini) onde os doentes possam ser transportados em melhores condições.

Seria importante também a instalação de uma casa do índio em Tucuruí. Toda vez que vão à cidade, os índios ficam sem ter aonde ficar, enquanto aguardam o chefe de posto; mulheres, crianças e doentes ficam debaixo do sol quente até que possam partir para a reserva. Esta casa do índio poderia ser também um ponto para a comercialização do artesanato, já que a própria cidade de Tucuruí representa um bom mercado consumidor. Esta casa poderia ainda atender

aos índios Parakanã que também são assistido pelo hospital da Eletronorte.

Outra reivindicação dos índios é a instalação de luz elétrica na aldeia. Atualmente apenas o PI conta com luz. Como lertou-me o Dr. João Paulo Botelho(7), a luz elétrica dentro da casa é nociva à saúde pois atrai inúmeros insetos. A solução seria então a construção de uma casa (ou um barracão, feito pelos próprios índios) próxima a aldeia onde os índios poderiam assistir televisão (que atualmente funciona a bateria) e promover as festas.

(7) informe pessoal.

Bibliografia

FERRAZ, Iara

1982 - "Os índios pagam primeiro. E mais caro." in: Ciência Hoje
ano 1, número 3, novembro/dezembro.

LARAIA, R. de BARROS e da MATTA, R.

1979 - Índios e Castanheiros, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro.

VIDAL, LUX

1980 - Notas de campo, não publicadas

1982 - Aconteceu - Povos Indígenas no Brasil/1981, CEDI, São Paulo